

Populações tradicionais estão tendo seu modo de vida ameaçado por empreendimentos siderúrgicos em São Luís (MA)

DATA DE EDIÇÃO

24/02/2016

MUNICÍPIOS

MA - São Luís

LATITUDE

-

LONGITUDE

-

SÍNTESE

Desde o final da década de 1970, agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais de São Luís têm convivido com os impactos negativos decorrentes de empreendimentos como a Estrada de Ferro Carajás e seus terminais, o Complexo Portuário de São Luís, e as grandes indústrias minero-siderúrgicas. Numa tentativa de preservar seu modo de viver, essas populações lutam pela implementação da Resex do Tauá-Mirim, mas o processo de implantação está parado na Casa Civil do governo federal desde 2007. O pleito encontra forte resistência do governo maranhense e de grandes empresas multinacionais que têm interesse em implantar usinas siderúrgicas e outros empreendimentos na área.

APRESENTAÇÃO DE CASO

A criação da Reserva Extrativista (Resex) de Tauá-Mirim é uma antiga reivindicação dos residentes de povoados situados na porção sudoeste do município de São Luís. Contudo, o processo de implantação está parado na Casa Civil do governo federal desde 2007. E, encontra forte oposição por parte do governo estadual do Maranhão e de grandes empreendimentos industriais, como o Consórcio Alumar e a Vale, já que o objetivo é instalar no local um polo siderúrgico, estando previstas a implantação de pelo menos três usinas siderúrgicas de empresas multinacionais: Baosteel (China), Posco (Coréia do Sul) e Thyssen-Krupp (Alemanha), o que quase dobraria a capacidade produtiva do país (SANT'ANA JÚNIOR; DAMASCENO, 2010).

A área proposta para a reserva possui 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km, e é constituída de manguezais, além de várzeas e nascentes, sendo local de reprodução de várias espécies marinhas, dentre elas o peixe-boi (*Trichechus manatus*) e o mero (*Epinephelus itajara*), espécies ameaçadas de extinção. Na região da Resex são encontrados ameaçados de extinção, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o macaco-cuxiú (*Chiropotes satanas*), o guariba (*Alouatta alouatta*) e o tamanduá (*Cyclopes didactylus*) (SANT'ANA JÚNIOR; DAMASCENO, 2010).

Tauá-Mirim é uma ilha que pertence ao município de São Luís do Maranhão – 834,785 km² e população estimada em 2015

de 1.073.893 de habitantes -, localizada na costa sudoeste da Ilha de São Luís, entre o Estreito dos Coqueiros e a Baía de São Marcos. Nesta ilha, localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim. A área pleiteada para criação da reserva extrativista abarca tanto estas comunidades quanto os povoados de Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim, parte da Vila do Maranhão e um amplo espelho d'água na Baía de São Marcos (FIOCRUZ, 2013).

No local, vivem populações quilombolas, ribeirinhas e de pescadores, sendo a pesca artesanal a principal atividade econômica realizada pelas comunidades destes povoados. Entre os recursos marinhos observam-se crustáceos e pescados, encontrados nos manguezais, nos rios e no mar. Em solo, os moradores desenvolvem o extrativismo, a prática da agricultura familiar em pequena escala e a criação de animais de pequeno porte, praticados conforme a dinâmica sazonal, fortemente influenciada pelo "tempo da natureza" (SANT'ANA JÚNIOR; DAMASCENO apud FIOCRUZ, 2013). No entanto, as populações locais estão tendo seu modo de vida tradicional ameaçado por projetos empresariais (DAMASCENO; SANT'ANA JÚNIOR, 2013).

A região reivindicada para a Resex é limítrofe ao distrito industrial de São Luís. E, desde do final da década de 1970 e início da década de 1980, estes povoados passaram a conviver com diversos impactos promovidos por empreendimentos como a Estrada de Ferro Carajás e seus terminais, o Complexo Portuário de São Luís, e as grandes indústrias minero-siderúrgicas, como a Alumar - vinculada ao Consórcio Alumínio do Maranhão e subsidiária da multinacional do Alumínio Alcoa - e a Vale. Além disso, a monocultura do eucalipto também se alastrou por várias regiões do estado do Maranhão, atingindo alguns povoados que residem na área pleiteada para a implantação da Resex (FIOCRUZ, 2013).

A instalação destes empreendimentos industriais pressionou o deslocamento de moradores de seus territórios ancestrais. Até porque muitos deles têm dificuldade de adquirir a declaração de posse da terra, tendo em vista o processo de regularização fundiária ser incipiente. Desta forma, a partir de 1996, moradores de alguns povoados se reuniram sob a liderança de associações de moradores dos povoados do Taim e de Rio dos Cachorros para discutirem a criação de meios de assegurarem seus territórios. Neste contexto, os moradores passaram a debater sobre a criação da Reserva Extrativista (HORÁCIO JÚNIOR ET AL, 2009 apud FIOCRUZ, 2013).

Em 2001, iniciou-se o planejamento de instalação de um polo siderúrgico em parte da área proposta à Resex. O polo era um desdobramento do Programa Grande Carajás, e seria composto de três grandes usinas siderúrgicas para a produção de placa de aço, além de outra para produção de ferro gusa, beneficiando a produção de minério de ferro da região de Marabá, no sudoeste do Pará. De acordo com termo de intenções, estabelecido entre o governo do estado do Maranhão e a Vale, em 2001, o projeto teria uma área, de 2.471 hectares, para a fixação de três usinas que se localizariam entre o Porto de Itaqui e o Rio dos Cachorros. Os decretos estaduais nº 20727 e 20781/2004 declaram a área de utilidade pública, para fins de desapropriação, implicando a remoção de aproximadamente 14.400 pessoas provenientes de comunidades rurais, ribeirinhas de marisqueiros e pescadores, e quilombolas (FIOCRUZ, 2014).

Para tanto, o governo municipal trabalhou no intuito de aprovar a mudança de zoneamento da região, transformando em zona industrial a área rural pretendida para o polo (PLATAFORMA DHESCA apud FIOCRUZ, 2014).

Como as leis de zoneamento exigem consultas à população atingida, foram realizadas algumas audiências públicas em função das possibilidades de alteração. A questão envolveu uma gama de atores sociais, como universidades, igrejas, movimentos sociais e ambientais. Apesar da pressão contrária, a Câmara Municipal aprovou a mudança na lei. Contudo, algumas áreas de interesse ambiental foram excluídas, reduzindo a área da Zona Industrial para 1.063,6 hectares. Com isto, apenas uma usina siderúrgica tornava-se viável, em vez das três previstas no projeto original (FIOCRUZ, 2014).

Em 2003, algumas associações de moradores de localidades em vias de serem deslocadas, capitaneadas pela Associação de Moradores do Taim, através de abaixo assinado, demandaram do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CNPT/IBAMA) a constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, com área aproximada de 16.663 hectares. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), previsto pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, os objetivos básicos da Resex seriam assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais. No caso da Resex Tauá-Mirim, o colegiado foi favorável à criação. A partir de então, o Ibama iniciou os estudos para complementação de dados, tais como: laudo biológico da área, levantamento socioeconômico, registro fotográfico e justificativa legal, formado por um grupo interdisciplinar, o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (Desoc) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrado por professores alunos dos cursos de graduação de

diversas áreas, como ciências sociais, geografia, direito, ciências aquáticas, turismo e filosofia. Contava, também, com a participação de estudantes de pós-graduação da UFMA e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), estudantes de outras Instituições de Ensino Superior (IES), profissionais ligados à ONGs e funcionários públicos ligados aos movimentos sociais (FIOCRUZ, 2014).

Em 2004, o Governo do Estado do Maranhão declarou a área demandada ao empreendimento como de utilidade pública e determinou a desapropriação de moradores e daqueles que a utilizavam de forma produtiva. A medida afetava 12 povoados (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnauçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira), atingindo uma população de quase 15 mil pessoas (FIOCRUZ, 2014).

Em seguida, o governo estadual e a Vale contrataram a empresa Diagonal Urbana Consultoria Ltda para fazer o diagnóstico sócio-organizativo da área. Neste trabalho, a empresa foi a campo para levantar dados com os moradores e numerar as casas que deveriam ser deslocadas. Junto a isto, a Vale instalou uma draga na praia, próxima ao Povoado do Cajueiro, para aumentar a profundidade das águas (FIOCRUZ, 2014), o que trouxe prejuízos para os pescadores do povoado, pois diminuiu os estoques pesqueiros. A sensação de incerteza em relação à permanência também impactava o modo de vida local (HORÁCIO JÚNIOR ET AL, 2009 apud FIOCRUZ, 2014).

Em junho de 2006, foi concluído pelo Ibama o laudo socioeconômico e biológico para a criação da Reserva Extrativista do Taim. O estudo reconheceu a "vocaçãõ ecológica e social para a consolidação de uma Reserva Extrativista", atestando a viabilidade da unidade de Conservação (UC) e apontando a implantação de polo siderúrgico como imprópria. Desde então, o processo foi para a Casa Civil da Presidência da República e aguarda a publicação do decreto de criação da reserva no Diário Oficial da União e a regularização fundiária da área. Cabe destacar que a propriedade da Resex passará a ser da União, já que a regularização da posse será emitida em nome do Ibama (FIOCRUZ, 2014).

Em 2007, entrou em cena a MPX Mineração, anunciando a instalação de uma usina termelétrica a carvão mineral, no Distrito Industrial de São Luís, com capacidade de produzir 350 MW de energia elétrica. O empreendimento faz parte da política energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No mesmo ano, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos concedeu a licença ambiental para a instalação da usina termelétrica (Licença Prévia nº 043/2007) por meio de um procedimento simplificado e sem a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). No ano seguinte, o Ministério Público Federal questionou, por meio de Proposição de Ação Civil Pública, as irregularidades expostas no processo de licenciamento ambiental concedido pela

Secretaria Estadual de Meio Ambiente para a instalação da termelétrica e exigiu a realização de audiências pública para a realização de discussão sobre as implicações ambientais do projeto de instalação da usina termelétrica em São Luís. Ainda em 2008, a Justiça Federal suspendeu o licenciamento ambiental e da licença prévia para a instalação da usina termelétrica no Distrito Industrial de São Luís. Ademais, reconheceu a competência do Ibama para a realização do licenciamento ambiental (FIOCRUZ, 2013; DAMASCENO; SANT'ANA JÚNIOR, 2013; CARVALHO, 2011).

No entanto, em 2009, a empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações, do grupo MPX Mineração, deu continuação às obras de construção da planta da termelétrica, com previsão para entrar em operação no ano de 2012. Foram deslocadas aproximadamente 80 famílias do Povoado Vila Madureira, às margens da BR-135, na área Itaqui-Bacanga (FIOCRUZ, 2013; DAMASCENO; SANT'ANA JÚNIOR, 2013; CARVALHO, 2011).

Em abril de 2010, uma liminar do juiz Federal Nelson Loureiro dos Santos cassou o licenciamento da termelétrica. A decisão foi decorrente de uma Ação Popular movida pelo advogado Pedro Leonel Pinto, que tornou a enfatizar indícios de irregularidades na concessão da licença ambiental, dessa vez por parte do Ibama, e alegando que o zoneamento municipal não permitia a instalação desse tipo de usina. As três ações civis anteriores, uma pelo Ministério Público Federal e duas pelo Ministério Público Estadual, foram unificadas para instrução e julgadas na Justiça Federal. Entretanto, em maio do mesmo ano, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região derrubou a liminar que determinava a suspensão das obras, e o projeto prosseguiu. Em setembro de 2010, 50% dos trabalhos de implantação já estavam realizados (PEREIRA, 2010).

No dia 28 de agosto de 2010, em meio à construção da termelétrica, uma deputada solicitou o encaminhamento de ofício ao ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, solicitando celeridade à criação da Resex de Tauá-Mirim (PORTAL JUSBRASIL, 2010 apud FIOCRUZ, 2013).

Em outubro de 2011, foi divulgado que a “Carta de não objeção” do Governo do Estado do Maranhão que dava anuência à criação da Resex Tauá Mirim, assinada pelo ex-governador Jackson Lago, havia desaparecido do processo. Além disso, a comunidade de pescadores da Vila Cajueiro enfrentava mais uma disputa. Desta vez, contra o planejamento da empresa Suzano Papel Celulose que pretendia construir um “porto próprio” em um trecho da Baía de São Marcos. Outro problema enfrentado na Vila Cajueiro referia-se a um pretenso dono de terras que pôs um portão na Estrada das Arraias, impedindo o trânsito de agricultores às suas roças e inviabilizando o uso dos Portos das Arraias, Londres, Gama e Capoeira. Aos moradores restava somente o Porto de Arapapaí, pela possibilidade de acessá-lo por um caminho alternativo. O Porto das Arraias é usado há mais de um século pelos moradores da região (FIOCRUZ, 2013).

Em novembro de 2011, durante o III Encontro Nacional da Rede Manguemar Brasil, denominado “Fortalecimento das Organizações populares em Defesa do Litoral: Unidades de Conservação e Gênero”, aprovou-se uma moção de apoio à criação da Resex do Tauá Mirim (FIOCRUZ, 2013).

Em 06 de agosto de 2013, o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizontin, reuniu-se com lideranças de comunidades extrativistas, no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília. Participaram também: o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Joaquim Belo, o secretário-executivo da Comissão das Reservas Extrativistas Marinhas, Carlos Alberto dos Santos, o diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs do ICMBio, João Arnaldo Novaes, e a diretora substituta de Criação e Manejo de UCs, Bruna de Vita Silva Santos. Entre as deliberações estava a aceleração da implantação da Resex de Tauá-Mirim (FIOCRUZ, 2013).

Também em 2013, o Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), por meio do procurador da República, Alexandre Silva Soares, sugeriu uma ação civil com pedido de liminar contra a União, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o estado do Maranhão em decorrência morosidade do processo administrativo que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, sem andamento, desde 2008, por conta do impasse entre a administração federal e o estado do Maranhão, que se contrapõe à criação (FIOCRUZ, 2013).

A ação também determinou que o estado do Maranhão se renunciasse qualquer ato voltado para o deslocamento das comunidades tradicionais identificadas pelo ICMBio, além de exigir da União e do ICMBio a conclusão do processo administrativo num prazo de um ano (FIOCRUZ, 2013).

O MPF/MA propôs ainda ação civil contra o estado do Maranhão e o Consórcio de Alumínio do Maranhão Alumar, devido aos impactos ambientais identificados na área de influência do complexo, decorrentes de falhas ocorridas no processo de licenciamentos ambientais da área, conferidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) (FIOCRUZ, 2013).

Após 10 anos de luta pela implementação da Resex do Tauá-Mirim, em 09 de setembro de 2013, o MPF/MA conseguiu, por meio da Justiça Federal, proibir o estado do Maranhão de qualquer ato, direto ou indireto, de desapossamento das comunidades tradicionais de Tauá Mirim, sob pena de multa diária de R\$50.000. A partir de então, se algum ato de expulsão em prol de instalação de indústrias fosse configurado, poderia acarretar apreensão de máquinas, remoção de pessoas e objetos, prisão e desmancho de obras. Os moradores obtiveram mais uma vitória, mas o conflito continua (FIOCRUZ, 2013).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Fernanda Cunha de. Gestão do Território, lugar e conflitos socioambientais: o caso da usina termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial). Brasília-DF, Universidade de Brasília, dez. 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10163/1/2011_FernandaCunhadeCarvalho.pdf. Acesso em: 08 dez. 2015.
- DAMASCENO, Elena Steinhorst e SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Neodesenvolvimentismo e conflitos relacionados ao território na Resex de Tauá-Mirim, São Luís – MA. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS. "Neodesenvolvimentismo" e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais. São Paulo, 23 – 27 set. 2013. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8673&Itemid=459. Acesso em: 08 dez. 2015.
- FIOCRUZ. Pólo siderúrgico e industrial na Ilha de São Luis - imbróglio envolve grandes empresas, Estado e comunidades tradicionais. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental, 2014. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=52>. Acesso em: 08 dez. 2015.
- FIOCRUZ. Agricultores familiares e pescadores artesanais de São Luís lutam pela implementação da Resex do Tauá-Mirim. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=449>. Acesso em: 08 dez. 2015.
- PEREIRA, Paula Marize Nogueira. Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal do Maranhão, 2010. Disponível em: <http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/Monografia-Paula-Marize-SS.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio e DAMASCENO, Elena Steinhorst. MA: A criação da Resex de Tauá-Mirim e sua importância para São Luís. Jornal Pequeno, 2010. Disponível em: <http://www.forumcarajas.org.br/>. Acesso em: 08 dez. 2015.